

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



2º escalão indefinido

NOVO GOVERNO Mais da metade das superintendências e diretorias no Estado ainda segue sem suas nomeações

Letícia Quicabala

leticia.quicabala@opopular.com.br

Em duas semanas, o governo Ronaldo Catão (DEM) preencheu menos da metade dos cargos de segundo escalão da administração do Estado de Goiás. Levantamento feito pelo POPULAR com base em publicações do Diário Oficial e do cadastro de autoridades publicado pelo site da Secretaria de Estado da Casa Civil até ontem, apenas 46% dos postos de superintendências e diretorias da administração direta tinham titulares.

Foram contados 131 postos que compõem a atual estrutura do segundo escalão do Poder Executivo, sendo apenas 61 deles atualmente ocupados. No dia 2 de janeiro, o governador baixou decreto exonerando todos os comissionados do Estado mas, desde então, outras publicações excluíram alguns servidores do primeiro decreto, bem como também fizeram nomeações gradativas para as respectivas secretarias.

Chama atenção isso como da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED), que pela atual estrutura conta com 15 superintendências, mas apenas duas delas estão ocupadas. Também têm menos da metade dos postos com nomeações publicadas a Controladoria Geral do Estado (CGE), a Secretaria da Casa Civil, a Secretaria Cidadã, a Secretaria da Educação, Cultura e Esporte (Secuce), a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos

Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima), Secretaria da Saúde (SES) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Segundo o secretário da Casa Civil, Anderson Máximo, não existe pressa para preencher todos os espaços da atual estrutura, prevista para ser alterada em breve. "O governador tem pedido cautela aos secretários para pedidos de nomeação. O ideal é termos o mínimo necessário para dar funcionamento à máquina pública com qualidade na prestação de serviços", disse.

Órtular da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), Pedro Sales, afirma que as nomeações devem continuar nos próximos dias. "Editamos, no início do ano, um decreto com mais de 5 mil exonerações. Agora, as equipes de cada secretaria estão sendo recompostas, mas

isso é um processo paulatino. A equipe da Casa Civil tem trabalhado muito para atender a todos os secretários e as nomeações vão continuar nos próximos dias", disse o secretário.

MUDANÇAS

Sales comanda uma equipe de servidores da Casa Civil e da Segplan, também auxiliados por procuradores, para elaboração de uma reforma administrativa. As alterações envolverão a criação e a extinção de pastas e, conseqüentemente, dos demais cargos do segundo e terceiro escalões sem ocupantes.

Isso explica, por exemplo, o esvaziamento da Secretaria do Trabalho, que deixará de existir. Apenas um superintendente foi nomeado para a pasta. Já os futuros secretários da Agricultura, do Esporte e da Cultura estão nomeados em superintendências de maneira provisória.

"Estamos avançando estudos em relação às propostas feitas pelos titulares das pastas para as estruturas de cada secretaria. O governo fez uma proposta inicial, ainda no âmbito da equipe de transição, e agora cada secretário tem feito o ajuste que acha necessário dentro da realidade de cada pasta", disse Sales.

A proposta final deve ser encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa de Goiás até fevereiro. As alterações deverão atingir o primeiro, segundo e terceiro escalões e a expectativa é de um corte de até 20% nos gastos com pessoal.



O governador tem pedido cautela aos secretários. O ideal é termos o mínimo necessário para dar funcionamento à máquina pública"

Anderson Máximo,
secretário da Casa Civil



Administração indireta também aguarda nomes

Quatro órgãos da administração indireta também seguem sem gestores. Estão sem comando o Centro de Abastecimento de Goiás (Ceasa), empresa de economia mista, e as autarquias Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agridefesa) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

No caso das autarquias citadas, tanto a presidência quanto as diretorias estão vagas, a espera de nomeações. Os funcioná-

rios dizem que têm trabalhado normalmente dentro do possível, mas muitas atividades dependem de deliberação direta dos responsáveis internamente, hoje inexistentes.

Também existem situações em que os novos titulares já tiveram os nomes anunciados pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), mas as nomeações oficiais ainda não foram publicadas. É o caso de Enio Caiado, por exemplo, indicado para presidir a Agência Goiana de Transporte e Obras (Agetop). Alguns órgãos também seguem com os

mesmos presidentes da gestão anterior, como no caso da Celgpar e da CelgG&T.

No caso da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central (Prevcom-BrC), o presidente tem um mandato a cumprir e caberá ao governador do Estado nomear novo nome quando o prazo for esgotado. "Os presidentes com mandato estão no cargo e o restante dos nomes está sendo fechado pelo governador, que deve fazer as nomeações em breve", assegurou o secretário da Casa Civil, Anderson Máximo.

Indefinição

Mais da metade das superintendências e diretorias da administração direta do Estado seguem sem nomeação

	TOTAL	OCUPADOS
Gabinete Governador	6	1
Secretaria de Estado - Chefe da Casa Militar	5	5
Gabinete Vice-Governador	1	1
PGE	1	0
CGE	6	3
Casa Civil	6	2
Secretaria de Governo	4	3
Sefaz	10	7
SED	15	2
Segplan	13	8
Secretaria Cidadã	9	4
Secretaria do Trabalho	5	1
Seduc	18	9
Secima	11	5
Secretaria de Saúde	8	3
SSP	13	7
TOTAL	131	61

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A maioria dos órgãos da administração indireta têm novos titulares. O novo governo também manteve os presidentes que têm mandatos. Três autarquias e uma empresa de economia mista seguem sem comando.

ÓRGÃO	TITULAR
Detran	Marcos Roberto Silve
Ipsago	Silvio Antônio Fernandes Filho
Jucag	Elaine Mendes de Oliveira Falcão
Agência Brasil Central (ABC)	Vazir José de Oliveira
AGR	Dione José de Araújo*
Agetop	Enio Caiado*
Goiás Turismo	Fabrizio Borges Amaral
Agridefesa	Sem indicação
Emater	Sem indicação
GoiásPrev	Mariene Alves de Carvalho
Fapeg	Sem indicação
PREVCOM-BrC	Edson Ronaldo Nascimento**
CELGPAR E CELG G&T	Bráulio Afonso Morais
Goiás Telecom	Edivaldo Cardoso de Paula
Seneago	Ricardo Scavinski
Iquago	Antônio Faleiros Filho
Agehab	Eurípedes José do Carmo*
Goiás Fomento	Alexandre Eduardo Felipe Tocantins
Metrabus	Paulo César Reis
Goiás Parcerias	Luiz Antônio Fausilino Moronesi
Codego	Eurípedes Bassompietra*
Ceasa	Sem indicação

*Nomes mandatos, porém ainda não nomeados oficialmente
**Interno



Administração indireta também aguarda nomes

Quatro órgãos da administração indireta também seguem sem gestores. Estão sem comando o Centro de Abastecimento de Goiás (Ceasa), empresa de economia mista, e as autarquias Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agridefesa) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

No caso das autarquias citadas, tanto a presidência quanto as diretorias estão vagas, a espera de nomeações. Os funcioná-

rios dizem que têm trabalhado normalmente dentro do possível, mas muitas atividades dependem de deliberação direta dos responsáveis internamente, hoje inexistentes.

Também existem situações em que os novos titulares já tiveram os nomes anunciados pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), mas as nomeações oficiais ainda não foram publicadas. É o caso de Enio Caiado, por exemplo, indicado para presidir a Agência Goiana de Transporte e Obras (Agetop). Alguns órgãos também seguem com os

mesmos presidentes da gestão anterior, como no caso da Celgpar e da Celg G&T.

No caso da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central (Prevcom-BrC), o presidente tem um mandato a cumprir e caberá ao governador do Estado nomear novo nome quando o prazo for esgotado. "Os presidentes com mandato estão no cargo e o restante dos nomes está sendo fechado pelo governador, que deve fazer as nomeações em breve", assegurou o secretário da Casa Civil, Anderson Mártino.

Indefinição

Mais da metade das superintendências e diretorias da administração direta do Estado seguem sem nomeação

	TOTAL	OCUPADOS
Gabinete Governador	6	1
Secretaria de Estado - Chefe da Casa Militar	5	5
Gabinete Vice-Governador	1	1
PGE	1	0
CGE	6	3
Casa Civil	6	2
Secretaria de Governo	4	3
Sefaz	10	7
SED	15	2
Segplan	13	8
Secretaria Cidadã	9	4
Secretaria do Trabalho	5	1
Seduc	18	9
Secima	11	5
Secretaria da Saúde	8	3
SSP	13	7
TOTAL	131	61

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A maioria dos órgãos da administração indireta têm novos titulares. O novo governo também manteve os presidentes que têm mandatos. Três autarquias e uma empresa de economia mista seguem sem comando.

ÓRGÃO	TITULAR
Detran	Marco Roberto Silve
Ipsago	Silvio Antônio Fernandes Filho
Jucag	Elaine Mendes de Oliveira Falcão
Agência Brasil Central (ABC)	Vazir José de Oliveira
AGR	Dione José de Araújo*
Agetop	Enio Caiado*
Goiás Turismo	Fabrizio Borges Amaral
Agridefesa	Sem indicação
Emater	Sem indicação
GoiásPrev	Mariene Alves de Carvalho
Fapeg	Sem indicação
PREVCOM-BrC	Edson Ronaldo Nascimento**
CELGPAR E CELG G&T	Bráulio Afonso Morais
Goiás Telecom	Edivaldo Cardoso de Paula
Seneago	Ricardo Scavrineli
Iquago	Antônio Faleiros Filho
Agehab	Eurípedes José do Carmo*
Goiás Fomento	Alexandre Eduardo Felipe Tocantins
Metrabus	Paulo César Reis
Goiás Parcerias	Luiz Antônio Fausilino Moronesi
Codego	Eurípedes Bassomufa*
Ceasa	Sem indicação

*Nomes mandatos, porém ainda não nomeados oficialmente
**Interno



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Gasto com Previdência cresce quase 35% em 8 anos

Os gastos com a Previdência do Estado cresceram quase 35% nos últimos oito anos. Se em 2010, Goiás gastou R\$ 1,5 bilhão com Previdência Social, em 2018 foram gastos R\$ 2,3 bilhões. Os dados são do Portal da Transparência do Estado e levam em consideração os números até outubro do ano passado, último mês com dados disponíveis. A Secretaria da Fazenda (Sefaz) pretende fechar os números consolidados do ano nesta semana em conjunto com a equipe do governo federal, que está em Goiás para avallar as contas estaduais. O problema não é novo e deve ser assunto da missão do Ministério da Economia, tanto que a equipe da Sefaz se reuniu, na semana passada, com técnicos da Goiás Previdência (GoiásPrev) a fim de tirar dúvidas. Isso porque a intenção, segundo o que tem dito o governador Ronaldo Caiado (DEM), é fazer um Orçamento “real”, levando em consideração todas as despesas e receitas do Estado, e o déficit previdenciário chegou a R\$ 2,09 bilhões em 2017, último ano com contas fechadas.



Em pico, 4% dos goianos ficaram no escuro

ENEL GOIÁS Forte chuva do final de semana atingiu, ao mesmo tempo, 150 mil unidades consumidoras; produtores ficaram dias sem luz

Katharina Alexandria
katharina.alexandria@o-popular.com.br

Em situações mais severas de vento, chuva e descarga elétrica, o sistema da Enel Distribuição Goiás revela problemas herdados da antiga Celg. No Oeste do Estado, produtores rurais ficaram até quatro dias seguidos sem energia neste mês. Indústrias, comércios e residências em Goiânia, Região Metropolitana e Anápolis também amargaram prejuízos de horas de interrupção no último fim de semana.

No sábado (12), 150 mil unidades consumidoras foram atingidas ao mesmo tempo no pico das ocorrências, cerca de 4% do total atendido pela empresa. O percentual dos consumidores afetados pela queda caiu para 0,5% na tarde de ontem.

Na residência de Vitória Lucinda da Silva, de 85 anos, as horas de espera pela energia se traduziram em agonia. Ela depende de uso contínuo de oxigênio. Mesmo inscrita como consumidora prioritária, foram 24 horas de interrupção. “Na época da Celg, quase todo dia acabava, mas voltava rápido. Esperar vol-

tar, não voltou, levei minha mãe para o meu apartamento e fiquei com medo da energia acabar lá também”, conta a filha e servidora pública Maria José Silva sobre a situação vivida no setor Vila Nova, na capital.

PREJUÍZOS

A casa da aposentada Perpétua do Socorro Nunes de Melo, de 69 anos, também está no grupo das que ficaram no escuro neste final de semana. Ela mora no Jard, onde as quedas têm sido constantes no período chuvoso. Já no dia 31 de dezembro, o prejuízo chegou a quase R\$ 10 mil com aparelhos queimados (geladeira, câmera de segurança e ar-condicionado) e atrapalhou a festa de Ano Novo. “Não tinha condições e tivemos de ir para a casa de um amigo. Fiquei muito indignada, estava recebendo pessoas em casa”, pontua.

Sobre o último final de semana, a Enel diz também ter sido surpreendida com a tormenta. Segundo o responsável de operação da empresa, Victor Bitencourt, ventos de 70 quilômetros por hora, acúmulo de 120 milímetros de chuva em duas horas



Vitória Lucinda, de 85 anos, que faz uso constante de oxigênio, teve de ir para a casa da filha agonia

e descargas elétricas não eram esperados e causaram impactos para a rede. Ele cita que a cidade possui muitas árvores e assim há muita interferência. Porém, uma hora após o pico, o número de unidades atingidas caiu para 60 mil no sábado.

Houve mobilização de equipes, mais de cem, plano de contingência e atenção especial à Região Metropolitana, por concentrar a maior parte dos clientes. Bitencourt pontua que há monitoramento diário de tempo e clima. Mas o período chuvoso de outubro até março traz desafios. Já no interior, os obstáculos são maiores, especialmente pelo estado da rede, que dois anos depois da privatização ainda exige esforço extra da companhia.

A empresa alega que é preciso mais tempo para que os consumidores percebam toda a mudança. Enquanto isso, ultrapassa os limites estipulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, por isso, tem pago cerca de 4,9 milhões de compensações mensais.

Acima do limite

Veja as compensações pagas por causa das transgressões de limite de quedas de energia em Goiás

COMPENSAÇÕES EM 2018

Quantidade mensal

4.992.432

Valor das compensações mensais

R\$ 41.858.615,81

HISTÓRICO DE COMPENSAÇÕES



Foto: Aneel

Distribuidora ainda está acima do limite de quedas

Em 2018, somente de janeiro a novembro, os clientes da Enel Distribuição Goiás acumularam mais de 24 horas sem energia. Sendo que o limite estipulado para todo o ano é de 18 horas segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Porém, o resultado já é melhor do que o vivenciado em 2017, quando ao todo foram 32,29 horas sem energia, sendo 27 delas até o décimo primeiro mês.

Responsável de operação da empresa, Victor Bitencourt afirma que a empresa fechou o ano passado com cinco horas a menos de interrupção do que em 2017. “O regulador (Aneel) tem acompanhado a melhoria e temos uma meta de nos próximos anos dar para o povo goiano a melhor energia e por isso investimos”, diz. Segundo ele, investimentos geram resulta-

“Temos uma meta de nos próximos anos dar para o povo goiano a melhor energia e por isso investimos”

Victor Bitencourt, responsável de operação da Enel Goiás

dos para próximos anos e somente a partir de 2020 os clientes goianos terão resultados mais sólidos e aderentes à expectativa.

A antiga Celg foi vendida para a italiana Enel em 2016. Desde fevereiro de 2017 a empresa

assumiu a administração. “A gente investiu em 2017 e 2018 quase R\$ 800 milhões em cada ano. Trabalhamos para automatizar a rede e ter condições de realizar ações do centro de controle. Atividade que demandava da visita se fez em intrus pelo centro.” Ele diz que a intenção é ser mais proativa. Antes da reclamação do cliente, saber onde há falta de energia.

“O cliente já passou a conviver com vários equipamentos instalados na rede, que visam reconper em menor tempo possível a energia além da segurança.” Assim, a defesa é de que as novas tecnologias já têm mostrado efeitos ao melhorar os indicadores da companhia. Mas é preciso mais tempo para os investimentos terem mais efeitos na rede, que ficou anos sem modernização quando era estatal.

ZONA RURAL

“Em 2017 investimos o equivalente a três, quatro anos do que se fazia antes. Em 2018, tivemos recorde e instalamos equipamentos além da meta. Trabalhamos pesado em manutenção.” Ele cita que na zona rural, onde há maiores dificuldades pelas distâncias e condições de acesso, helicóptero já percorre a linha para ter mais precisão nas ações. “Mas temos quase 250 mil quilômetros de rede. É muita coisa.” Por isso, a resposta ainda é mais lenta do que ocorre nas cidades e especialmente na Região Metropolitana.

Há reclamações também do atendimento pelos canais de comunicação quando há quedas

de energia. Consumidores alegam que são horas de espera e nem sempre conseguem atendimento rápido. Sobre isso, Bitencourt afirma que não há problemas. Mas que o momento de crise, como o que ocorreu com a forte chuva de sábado (12) pode aumentar a quantidade de chamadas, mas a Enel estará preparada para isso e há desde 0800 até redes sociais e aplicativo para registrar ocorrências. Essas últimas podem facilitar o contato, segundo ele, e todas as reclamações são registradas.

“O que interfere mais são fenômenos severos. A Enel Goiás já se prepara além do plano de contingência para um aumento de equipes em prontidão.”



Contratos comecem a ser separados

COMURG Semas é primeira secretaria municipal a fechar acordo com empresa após decisão da administração de dividir atribuições. Limpeza de unidades da pasta custará R\$ 9 milhões por ano

Vandré Abreu
vandres@opopular.com.br

Os serviços efetuados pela Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) já começam a ser desvinculados do Paço Municipal e a serem ligados às secretarias que apresentam as demandas. A primeira pasta que assinou contrato individual com a Comurg foi a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), no final da semana passada. Pelo acordo, a Semas pagará R\$ 9 milhões por ano para a estatal em troca da limpeza, manutenção e conservação das áreas internas e externas de todas as 54 unidades ligadas à secretaria, o que inclui os cemitérios municipais, os Conselhos Tutelares e até mesmo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Até então, a Comurg efetuava os serviços para a Semas quando havia uma demanda e disponibilidade, ou seja, sem que fosse uma obrigação. "Comurg fazia como um favor e não recebia nada por isso, tanto é que havia muitos problemas na limpeza das unidades. Sempre tinha aquela história de que os cemitérios só eram limpos uma vez por ano, só antes do feriado de Finados. Agora é uma maneira de efetivar isso e podemos cobrar que isso seja feito dentro de um cronograma", avalia o secretário da Semas, Robson Azevedo. A necessidade de um contrato diferente foi divulgada pela Prefeitura na semana passada, como uma solução para resolver o problema financeiro da companhia.

Desde que a atual gestão municipal entrou no Paço, em 2017, um grupo de técnicos foi formado para buscar soluções que assegurasse a viabilidade financeira e administrativa da Comurg. Desde então, foram feitos programas de demissão voluntária e processos de demissão. Em outubro daquele ano, a folha de pagamento total, levando em consideração os 1.511 servidores que estavam à disposição para outras secretarias tinha um custo de R\$ 26,7 milhões. Apenas a Comurg, em dezembro de 2016, último mês da gestão anterior, arcou com R\$ 21,7 milhões para o pagamento dos 6.879 funcionários que estavam na empresa.

Dois anos depois, ou seja, no final do ano passado, o custo da folha de pagamento da empresa foi de R\$ 16,8 milhões, com

“**A Comurg deverá apresentar preços abaixo ou iguais aos preços de mercado para que seja justificada a sua escolha**”

Paulo César Pereira,
presidente da ARG

5.220 servidores. A conta da Comurg é que entre 30% e 40% disso se refere a quem atua na coleta ou varrição dos logradouros públicos, portanto, que efetivamente trabalham na concessão que a empresa mantém com a Prefeitura. Os outros serviços efetuados faziam parte do contrato com o Paço de maneira ampla e foi esta a mudança efetuada com a separação dos documentos. Assim, a coleta e varrição continuam como concessão e os demais serviços passam a ser contratados pelas secretarias que desejarem.

VALOR

O presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Goiânia (ARG), Paulo César Pereira, que comandou o processo de mudança, afirma que os serviços prestados pela Comurg à Prefeitura até então totaliza uma média mensal de R\$ 40 milhões, "sendo que os serviços de coleta, varrição e manutenção de praças representa 75% desse custo, ou seja, da ordem de R\$ 30 milhões mensais". Todo o custo era arcado pelo Tesouro Municipal. Agora, com os contratos específicos, passamos a fazer parte do orçamento destinado às secretarias para manutenção das unidades.

"As Secretarias, não apenas poderão, mas deverão realizar as específicas cotações e composições de custos que fundamentem e justifiquem a contratação da Comurg pelo menor preço cotado", diz Pereira. Procurador Geral do Município, Brenno Marques, reforça que a Lei federal 8.666 (de licitações) prevê a hipótese de dispensa do processo licitatório, mas é necessária a cotação de preços. "A Comurg vai ter que se adaptar para mostrar eficiência e qualidade de serviços", reitera.



Muito bombardeio do Cemitério Parque, no Setor Urus Magalhães: situação faz com que local seja prioridade

Cemitério Parque deverá receber serviço em breve

A Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) definiu que o Cemitério Parque, no Setor Urus Magalhães, será a primeira das suas 54 unidades que receberá o serviço de limpeza e manutenção sob o novo contrato firmado com a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg). O secretário da Semas, Robson Azevedo, afirma que a prioridade se dá pela situação de urgência no local, em que há muito lixo, lixo espalhado entre os túmulos e entulhos no local. "Vamos estabelecer um cronograma de ações junto a Comurg. Primeiro vai ser lá, depois vamos nas demais unidades", diz.

Azevedo conta que o cronograma deve ser efetivado a partir da semana que vem, quando se espera o início do funcionamento do contrato, que foi assinado na sexta-feira passada, mas ainda passa por auditorias burocráticas para ser confirmado. O secretário afirma que ele não realizou cotação de preços com empresas privadas, já que foi informado da permissão da lei de contratação por se tratar

de uma empresa municipal.

Procurador geral do município, Brenno Marques explica que a própria Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Goiânia (ARG) tem feito a cotação de preços e a precificação dos serviços por parte da Comurg, para a legalização dos acordos. "Está sendo um trabalho muito complexo, verificando a limpeza por varrição por metro quadrado, tudo", confirma. Assim mesmo, Azevedo lembra que no ano passado chegou a fazer uma cotação com empresas privadas para a limpeza e manutenção das unidades da Semas. Na época, o valor mais baixo que encontrou era de R\$ 12 milhões por ano, ou seja, R\$ 3 milhões a mais do que foi assinado agora.

"Foi quando a situação dos cemitérios estava caótica, com tudo muito sujo e tentamos ver uma solução para garantir o serviço, mas era muito caro", diz. O secretário afirma que já existe previsão de dotação orçamentária para a Semas de modo a garantir a execução do contrato

com a Comurg. Ele deve nomear um servidor da secretaria para fiscalizar o acordo, de modo a garantir a execução do serviço. "A situação anterior era um incômodo para o cidadão, que tinha de conviver com uma manutenção irregular. Foi uma solução muito boa, porque vai salvar a situação da Comurg e trazer efetivação para o serviço."

TRANSFERÊNCIA

Azevedo reitera que o contrato também estabelece a realização de pequenos reparos nas unidades da Semas e o serviço de motoristas, já que a pasta ficou sem servidores para a função desde que os mesmos foram requisitados pela Comurg em 2018. "Aqui não temos nem uma enxada, não temos condições de fazer qualquer reparo, então dependemos de contratar serviços", alega. O procurador Brenno Marques diz que as demais secretarias e agências municipais já estão preparando as minutas de contratos para serem assinados com a Comurg e dispor dos serviços prestados.

Wlles Barbosa



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Alternativas para o pagamento de dezembro

O presidente do **Sindifisco**, **Paulo Sérgio Carmo**, participou ao longo da semana de reuniões com o governador de **Goiás**, **Ronaldo Caiado**, com a **Secretária da Fazenda**, **Cristiane Schmidt**, e representantes de entidades para discutir alternativas legais que viabilizem o pagamento do salário de dezembro dos servidores públicos estaduais.

Caiado quer sugestões da população para trocar o nome da Agetop

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado afirmou que a Agência Goiana de Transporte e Obras (Agetop) será reestruturada, porque o órgão estaria “associado à corrupção e prisões de dirigentes” das gestões passadas.

Ele anunciou que vai mudar o nome da companhia e pediu sugestões da população. “Goiás não pode mais conviver com este estigma de folha policial, de corrupção”,

comentou. Caiado nomeou o engenheiro civil Enio Caiado para a presidência da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop).

MEDIDAS EMERGENCIAIS

Diante do atraso dos salários de dezembro dos servidores, Ronaldo Caiado garantiu que não haverá cortes de água e energia até que a folha de janeiro do funcionalis-

mo estadual seja paga. Além disso, o governador comentou o pedido para que prefeituras avalizem servidores junto aos comércios locais para amenizar as dificuldades geradas pelo atraso.

“Precisamos de alternativas para a situação atual. Cada região demanda uma solução diferente. Mas estamos buscando outras. Já determinei a suspensão da cobrança do Ipasgo, já recomendei que Enel e Sa-



Sede da AGETOP

neago não façam cortes e que o Detran não realize cobranças diante do cenário atual”, afirmou.

BALANÇO

Caiado fez um balanço e avaliou positivamente os primeiros

13 dias à frente do Estado. O governador citou ações importantes já realizadas, como o convênio com prefeituras para a recuperação de estradas, as negociações junto ao governo federal para que o Estado possa equilibrar as contas públicas, a suspensão de incentivos fiscais danosos ao Estado, a prorrogação da votação do Orçamento estadual, entre outros.

“Nós conseguimos vitórias antes da posse que nenhum governador eleito havia conseguido. Já conseguimos que 1,3 mil policiais voltassem para suas atividades, estamos nos esforçando para normalizar a situação do Hospital Materno-Infantil, aplicamos um compliance em todos os setores do governo. Negociamos com as faculdades a matrícula dos alunos beneficiados com o programa Bolsa Universitária. Abandonamos utopias e estamos enfrentando a realidade”, destacou.



Gavioli anuncia extinção do núcleo responsável pels OSs

Projeto foi criado durante a gestão do ex-governador Marconi Perillo (PSDB)

DA REDAÇÃO

A secretária de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), Fátima Gavioli, anunciou a extinção do núcleo de Monitoramento da Gestão Compartilhada. O departamento era responsável por assuntos relacionados à implantação de Organizações Sociais (OSs) nas escolas, projeto criado durante a gestão do ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

A extinção do núcleo foi confirmada na última sexta-feira, durante reunião entre a secretária e representantes do Movimento dos Professores de Goiás (MPG). O encontro ocorreu no gabinete de Fátima, que explicou o motivo. "É uma questão financei-



Fátima Gavioli: organização social na educação não é prioridade

ra. Nesse momento vamos focar na formação do nosso quadro de pessoal, investir pesado na formação de gestor, de professor, de coordenador."

Segundo a secretária, o investimento na formação do quadro de pessoal é primordial nesse momento. Ao mesmo tempo, o impacto financeiro é extremamente inferior do que o pro-

cesso de implantação de OSs. "Não significa que um dia alguém não possa retornar ao assunto, mas, por enquanto, a gente vai dar um pare nisso aí", completou a titular da Seduc.

A estrutura do núcleo de Monitoramento da Gestão Compartilhada contava com seis servidores e três estagiários, divididos em três

coordenações: Fiscalização, Relacionamento Pedagógico e Avaliação Estatística. Em tese, a equipe geria os trâmites dos processos de implantação da gestão compartilhada com as OSs nas escolas.

QUESTIONAMENTO

O Ministério Público de Goiás e o Ministério Público de Contas pediram, em 2017, uma liminar suspendendo o chamamento para contratação de Organização Social (OS) para gerir escolas no Entorno do Distrito Federal. Os órgãos apuraram que a cessão da gestão administrativa e pedagógica das escolas é considerada inconstitucional.

À época, a promotora do patrimônio público Fabiana Zamalloa explicou que, além da inconstitucionalidade, o chamamento não previa um valor fixo a ser pago à OS, permitindo alterações no valor do contrato, sem comprovar que a prestação de serviço seria vantajosa para o estado.